

## A SEMÂNTICA FORMAL DE TUGENDHAT

*THE TUGENDHAT'S FORMAL SEMANTICS*

Rogério Vaz Trapp\*  
vaztrapp@bol.com.br

**Resumo:** Este artigo procura demonstrar as principais teses apresentadas por Ernest Tugendhat ao longo de suas Lições Introdutórias à Filosofia Analítica da Linguagem. Para isso, seguiremos o fio condutor de sua proposta, isto é, de que a Semântica formal deve ocupar, após a virada lingüística na filosofia, o papel antes representado pela Ontologia. Daremos especial ênfase aos conceitos por meio dos quais Tugendhat articula a estrutura ontológica elementar de toda percepção. Com isso chegaremos aos conceitos de espaço e tempo e as suas funções para as proposições elementares. Conforme compreendemos, será essa articulação conceitual que esclarecerá o aspecto transcendental da Ontologia proposta pelas Lições. Por fim, nosso texto procurará expor algumas dificuldades trazidas pela aproximação entre o transcendental e conceitos como espaço e tempo, quando não devidamente desenvolvidos. Dificuldades essas que podem limitar as pretensões do projeto de Tugendhat, quando não inviabilizá-las.

**Palavras-chave:** Tugendhat, semântica formal, ontologia, espaço, tempo.

**Abstract:** This article aims to demonstrate the main thesis showed by Ernst Tugendhat along his Introductory Lessons to the Analytical Philosophy of Language. Therefore we shall follow the guideline of his propose, that means, that the formal Semantics must stay, after the linguistic turn in philosophy, the roll before played by the Ontology. We also shall give a special emphasis to the concepts through those Tugendhat articulates the most elementary ontological structure of all kind of perception. So we

\* Doutorando em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

arrive at the concepts of space and time and his uses to the elementary propositions. Whereas we understand them, this will be the conceptual articulation that may bring to light the transcendental aspect of the Ontology as it is proposed at the Lessons. At last, our paper intends to expose some difficulties brought by the approximation between the transcendental and the categories of time and space, if these are not properly developed. These difficulties are able to put some limitations to the Tugendhat's project, as well as to invalidate his project at all.

**Key-words:** Tugendhat, formal semantics, ontology, space, time.

### Introdução

Quando Tugendhat propõe que sua Semântica formal deve ocupar o lugar tradicionalmente dedicado à Ontologia; quando propõe que sua crítica à tradição possui como fio condutor a relação sujeito-objeto; e quando, para isto, nos propõe tomar os conceitos de 'ser', 'consciência e experiência', e 'razão' como conceitos centrais para identificar a questão fundamental do filosofar analítico da linguagem, então devemos considerar estas propostas com mais cautela do que a suavidade e elegância do texto das *Lições Introdutórias à Filosofia Analítica da Linguagem*<sup>1</sup> parecem nos sugerir, pois elas prenunciam as importantes e profundas conseqüências advindas do pretensioso projeto deste filósofo e que somente ao final de sua obra podem ser contempladas. Por isto, retomar alguns aspectos centrais para sua filosofia, alcançados a partir do périplo do filósofo pela história da filosofia, pontuando alguns elementos de sua análise, para chegarmos à compreensão da grandeza de sua proposta e das implicações advindas dela para problemas que consideramos fundamentais e por ela não resolvidos, será a tarefa deste artigo.

<sup>1</sup> Tugendhat, E. *Vorlesungen zur Einführung in die sprachanalytische Philosophie*. Doravante apenas *Lições*. Caso não haja referência em contrário, todas as citações serão feitas a partir da tradução brasileira.

## I A estrutura das *Lições*

O ponto de partida para Tugendhat e, ao mesmo tempo, o pressuposto para a estrutura da obra é o objetivo já delineado no prefácio das *Lições*, qual seja, de “mostrar que a filosofia analítica da linguagem possui uma questão fundamental que não apenas pode ser comparada com as abordagens tradicionais, mas que, na verdade, mostra-se superior a elas”<sup>2</sup>. Para realizar este objetivo, ele deverá confrontar-se com a tradição e sua orientação para o esquema sujeito-objeto<sup>3</sup> e, como conseqüência deste empreendimento, apresentar uma proposta considerada mais consistente ao intento heideggeriano de expor as condições de possibilidade da compreensão de ‘ser’<sup>4</sup>.

O adjetivo ‘fundamental’, aplicado à idéia da busca de uma questão central para a filosofia analítica da linguagem, e considerando que esta concepção de filosofia se pretende a mais nova reedição da Ontologia, deve nos permitir compreender que essa questão tem de cumprir a função, ao mesmo tempo, de organizar o campo temático da filosofia analítica em forma de unidade e de organizá-lo a partir daquilo que ao longo da tradição, independentemente de suas formulações, conduziu o discurso filosófico: a pergunta pelo

<sup>2</sup> Tugendhat, E. *Lições Introdutórias à Filosofia Analítica da Linguagem*, p. 18.

<sup>3</sup> O pano de fundo disto que chamamos de esquema sujeito-objeto é a idéia de que o sujeito, em orações predicativas singulares, estaria no lugar de um objeto concreto. Como este *estar por*, dependendo da tradição, é articulado por meio de conceitos tais como intuição ou representação, a crítica ao esquema sujeito-objeto se revela como crítica à possibilidade de intuirmos ou representarmos intelectualmente objetos. Porque os conceitos de intuição e representação são centrais ao pensamento de Aristóteles e Kant, compreende-se também porque as críticas ao esquema sujeito-objeto concentram-se sobre a filosofia destes dois pensadores.

<sup>4</sup> Idem, p. 18.

‘ser’. A questão *fundamental* deve, portanto, organizar o campo da filosofia analítica a partir da pergunta pelo ‘ser’, semanticamente formulada, demonstrando a superioridade da Semântica formal, enquanto Ontologia, na medida em que poderá fornecer uma resposta superior, frente às tentativas que se pautaram pelo esquema sujeito-objeto, à questão acerca do que seja Realidade e Verdade.

Para isso, na medida em que os diferentes modos de filosofar excluem-se mutuamente, a exigência, para a Semântica formal se constituir como modo de filosofar, de ter *incorporado* ou *rejeitado* outros modos<sup>5</sup>, revela a razão de seu método: no confronto com a tradição, Tugendhat rejeita aqueles conceitos que não colaboram para sua construção teórica e incorpora aqueles que o permitem. Este duplo movimento metodológico, na maior parte das vezes, se realiza na apreciação do mesmo conceito. Neste sentido, a Semântica formal constitui-se como filosofia a partir da redefinição de conceitos oriundos da tradição.

Também a divisão da obra em duas partes não é gratuita. A primeira parte cumpre duas funções: 1) trazer a tradição para o âmbito da análise da linguagem, enquanto exemplares de filosofias que se organizam a partir de uma questão central; 2) preparar o caminho para entrar no diálogo com a filosofia analítica já possuindo seu conceito de filosofia, de método e a questão central com a qual pretende superá-la em sua precariedade. Já com a segunda parte, pretende: 1) incorporar os conceitos analítico-lingüísticos necessários para a análise crítica da tentativa da filosofia analítica superar a tradição objetivística; 2) consolidar seu projeto de uma Semântica formal enquanto Ontologia e, assim, superar a orientação para o esquema sujeito-objeto, a fragmentação da filosofia analítica e fornecer uma alternativa à tentativa heideggeriana de resposta à questão acerca da compreensão de ‘ser’.

Apontar essas características da estrutura da obra tem por finalidade sugerir que ao longo do desdobramento do projeto filosó-

<sup>5</sup> Idem, p. 22. Grifo nosso.

fico de Tugendhat, tal como exposto nas *Lições*, se interconectam muitas outras questões que o objetivo central do livro parece nos deixar entrever. Isto é, de que a proposta de uma Ontologia conduz a semântica para problemas de ordem superior, ou mais elementar, do que a simples procura de unidade para uma dada vertente filosófica.

## II O conceito de filosofia

Como já dissemos, o método das *Lições* pauta-se pela rejeição ou incorporação de conceitos oriundo da tradição. Neste sentido, o diálogo com Aristóteles cumpre uma tripla função. Em primeiro lugar, com ele Tugendhat rejeita o conceito de filosofia influenciado pela herança platônica, de orientação axiomática, nascido do método geométrico-dedutivo. Em segundo lugar, absorve o conceito de filosofia reformulado em termos de ciência universal, porém não mais compreendida em sua função fundamentadora, ao modo geométrico, mas como âmbito de tematização daquele elemento pressuposto em toda ciência particular, todavia não tematizado por nenhuma delas. Será, pois, esta característica *a priori*<sup>6</sup> a marca distintiva da universalidade da filosofia frente à generalidade alcançável nas demais ciências. Por acréscimo, na medida em que a universalidade levanta a questão de sua legitimidade, a possibilidade de justificação apresenta-se também como elemento fundamental para o conceito de filosofia. Em terceiro lugar, este elemento *a priori*, uni-

<sup>6</sup> O conceito de *a priori* analítico utilizado por Tugendhat se caracteriza, por um lado, pela distinção frente ao *a priori* sintético da tradição kantiana, na medida em que este pressupõe a relação a uma representação intelectual. Por outro lado, ele se caracteriza também por sua distinção do *a priori* lógico e matemático, na medida em que este, apesar de independente da experiência, não é reflexivo. Assim, o conceito de *a priori* de Tugendhat reúne as características de universalidade e reflexividade da filosofia moderna com a crítica ao esquema sujeito-objeto, vinda da filosofia analítica contemporânea.

versal e justificável, pressuposto mas não tematizado pelas ciências particulares, é determinado em termos da pergunta pelo ente enquanto ente, o que conduz ao conceito de filosofia como Ontologia<sup>7</sup>.

## III Ser, consciência e experiência, razão

O conceito de filosofia enquanto Ontologia liga-se com a primeira das idéias diretrizes nomeadas por Tugendhat como representantes de questões fundamentais em torno das quais o âmbito de problemas filosóficos veio a se organizar, pois a pergunta pelo ente enquanto ente deve ser compreendida como equivale à pergunta pelo 'ser'. Com isto, a tematização do conceito de 'ser' torna-se o elemento por meio do qual a filosofia alça-se a uma universalidade que nenhuma ciência particular, por se ocupar apenas com os entes, pode pretender. Porém, como o aspecto fundamental da universalidade, na medida em que é expresso em sentenças afirmativas ou assertóricas, levanta a questão de sua legitimidade, - e como a recusa ao modelo geométrico implica a perda de sentido do aspecto de justificação relacionado com a busca dos axiomas primeiros para as demais ciências, isto é, que a universalidade da filosofia não deve mais justificar-se simplesmente pela sua função axiomática -, então, com Aristóteles, observamos o movimento de voltar-se para a própria estrutura interna das sentenças à procura dos elementos justificadores de sua universalidade. Segundo Tugendhat, este passo é aquele que teria conduzido Aristóteles a uma concep-

<sup>7</sup> Veja-se bem! Nem o conceito de Filosofia muito menos o de Ontologia figuram em Aristóteles. Ele utiliza a palavra *sophia* para designar, com ela, o modo de questionar supremo e privilegiado, motivo pelo qual Tugendhat julga legítimo denominá-la Filosofia, para, assim, manter certa coerência etimológica com a tradição. Quanto ao termo Ontologia, que somente aparecerá no medievo, sua utilização é claramente anacrônica, mas novamente justificável, na medida em que o tema da Ontologia já está presente em Aristóteles, ao definir a filosofia como a ciência que considera o ente enquanto ente, portanto, em seu ser.

ção semântica de filosofia. Mas, pelo fato da ambigüidade inerente ao verbo ‘ser’, que pode servir para indicar tanto a existência do objeto da sentença quanto à ligação entre os termos, Aristóteles teria cometido aquele erro crucial para a determinação da história posterior das idéias filosóficas, na medida em que, ao tentar conciliar este duplo movimento, teria objetificado o conceito do predicado. Em decorrência disto, teria se afastado de uma teoria semântica que seria, aos olhos de Tugendhat, a forma correta de analisar as sentenças. Com isto, ele também teria criado a dificuldade de estabelecer por quais objetos os termos da sentença estão e de que modo se relacionam. A filosofia de Tugendhat, ao propor ocupar o lugar antes reservado à Ontologia, pretende reconstruir o percurso desta história ao eliminar esses equívocos. O novo ponto de partida requer, portanto, tanto uma redefinição do conceito de objeto, isto é, da função de sujeito das sentenças, quanto da função do verbo de ligação, somente possível, para o filósofo, pela virada lingüística na filosofia contemporânea.

Nesse sentido, uma semântica que se quer Ontologia lhe possibilitará superar a ambigüidade da função do verbo de ligação, absorvendo-o na estrutura predicativa presente na lógica contemporânea. Para isto, desloca-se o aspecto veritativo da asserção para o início da sentença, sob a forma da expressão ‘é o caso’, que guarda a função ainda mais elementar de representar o domínio do princípio ontológico de contradição, no sentido de estabelecer que aquilo que é o caso não pode, ao mesmo tempo, não ser o caso<sup>8</sup>. Assim, de um lado, o aspecto copulativo e o aspecto veritativo, presentes no verbo das sentenças assertóricas tradicionais, acabam separados de tal forma que o elemento veritativo é deslocado para o início da asserção. O verbo de ligação permanece no antigo lugar, com a ressalva de que sua função não será mais de ligação entre objetos, pois sujeito e predicado não representam mais objetos distintos, mas elementos constituintes da própria objetividade dos objetos. Por outro lado, ao recusar objetificar o predicado, Tugendhat pode che-

<sup>8</sup> Idem, p. 71.

gar à redefinição de seu segundo conceito central: o conceito de objeto como a totalidade de significado da sentença, o que implica na ampliação da Ontologia, do campo do materialmente existente para o campo dos acontecimentos significativos. Desta forma, a redefinição conceitual será também o elemento que justifica a opção pelas sentenças predicativas singulares, na medida em que a questão ontológica fundamental - o que é o ente enquanto ente, ou o que é o objeto enquanto objeto - pressupõe a compreensão do que seja objeto em seu nível mais elementar. Com isto, a pergunta semântica fundamental - qual o significado de uma sentença - implica a compreensão mais elementar de sentença, isto é, aquela que se articula em termos de enunciados assertóricos predicativos singulares. Estas sentenças são, portanto, aquelas nas quais é articulado tanto o aspecto elementar quanto o veritativo, fundamentais para a noção de Ontologia a ser desenvolvida.

Chegado nesse ponto, Tugendhat já possui os elementos para definir seu conceito de Filosofia Analítica da Linguagem, como equivalente da concepção tradicional de Filosofia, enquanto busca do elemento *a priori* articulado em toda compreensão. Este *a priori* deve, pois, dizer respeito à própria estrutura do compreender, que se apresenta nas sentenças singulares como representação ao mesmo tempo primária e elementar de toda compreensão<sup>9</sup>. A análise da linguagem mostra-se, assim, como método adequado para a filosofia, na medida em que a compreensão movimenta-se semânticamente. Também por isto a questão semântico-filosófica fundamental - o que significa compreender uma sentença - poderia ser reduzida à simples pergunta - o que significa compreender -, pois é redundante perguntar pela compreensão e pela compreensão de sentenças quando a compreensão somente pode realizar-se por meio do uso de sentenças.

A segunda idéia diretriz, o conceito de consciência e experiência, como representantes da filosofia moderna, nomeadamente

<sup>9</sup> Idem, p. 28.



assertórica se, e somente se, conhece suas condições-de-verdade, e isso quer dizer: sabe como ela pode ser justificada”<sup>15</sup>. A justificação está, pois, enquanto característica do elemento racional das sentenças, atrelada às condições-de-verdade. Quanto a esta resposta, ela tem por base aquele princípio haurido da filosofia analítica desenvolvida a partir de Frege e do primeiro Wittgenstein, segundo o qual “compreender uma sentença assertórica é saber sob quais condições ela é verdadeira ou falsa”<sup>16</sup>. Mas este princípio é apenas uma parte da resposta, porque Tugendhat nos diz que ao lado dele deve-se colocar outro, retirado do pensamento do segundo Wittgenstein, de acordo com o qual “compreender uma sentença é saber como ela deve ser usada”<sup>17</sup>, é saber, pois, quais são suas regras de uso. Desta forma, compreendemos também a afirmação de Tugendhat de que o princípio fundamental de sua Ontologia consiste naquela outra afirmação de Wittgenstein, segundo a qual “o significado de uma palavra é o que a explicação do significado explica”<sup>18</sup>. O que a explicação do significado explica são as regras de uso e estas, se seguidas corretamente, oferecem as condições-de-verdade para a sentença. É da relação entre estes princípios que surgirá a resposta sobre a produção dos objetos e das condições da própria compreensão enquanto tal. Assim, “agora não somos mais levados a perguntar por uma composição daquilo pelo qual está o termo singular com aquilo pelo qual está o predicado. Agora adquire sentido a pergunta sobre como a regra de emprego de um dos tipos de expressão se conecta com a regra de emprego do outro”<sup>19</sup>.

No que diz respeito às condições-de-verdade, à primeira vista parece que ela é o resultado da complementação entre sujeito e predicado, a partir da correta utilização de suas regras de uso. Toda-

<sup>15</sup> Idem, p. 140.

<sup>16</sup> Idem, p. 154.

<sup>17</sup> Idem, p. 150.

<sup>18</sup> Idem, p. 227.

<sup>19</sup> Idem, p. 206.

via, isto não é possível sem recair novamente na posição objetivística, pois retoma-se a divisão estrutural entre os termos da sentença. Por isto, as condições-de-verdade devem referir-se às regras de verificação<sup>20</sup> e estas, à asserção, ou seja, as condições-de-verdade, enquanto regras de verificação para as regras de uso, devem incidir não diretamente sobre sujeito e predicado, mas antes sobre o caráter assertórico da sentença que eles formam. Isto implica que a asserção apresenta-se como elemento refletido sobre a composição e essa, como resultado da capacidade de suplementação entre sujeito e predicado.

Quanto aos componentes das sentenças, a função do sujeito é *estar por* um objeto e a do predicado é ser *aplicável* a este objeto, de tal forma que a asserção tornar-se-á verdadeira somente se o predicado for aplicável ao objeto pelo qual está o sujeito da sentença<sup>21</sup>. Assim, ao explicarmos em que consiste *estar por* objetos e ser *aplicável a* objetos teremos esclarecido em que consiste a verdade de uma sentença<sup>22</sup>. O que somente é possível pelo recurso às regras de uso para sujeito e predicado.

Quanto ao sujeito das sentenças, sua regra de uso ou função é a de especificar o objeto pelo qual está. Especificar quer dizer destacar algo, separá-lo de uma pluralidade pressuposta de tal forma a torná-lo apto para a aplicação do predicado<sup>23</sup>. Quanto ao predicado, ser aplicável quer dizer cumprir a função de caracterização do sujeito, que somente ocorre quando ele, ao mesmo tempo, classificar e distinguir o objeto pelo qual está o sujeito da sentença. Portanto, uma asserção somente será verdadeira se o sujeito tiver especificado corretamente um objeto, ao qual o predicado distingue e classifica ao ser-lhe aplicado. Com isto, criam-se as condições de possibilidade de sua justificação racional e de sua verificação.

<sup>20</sup> Idem, p. 298.

<sup>21</sup> Idem, p. 369.

<sup>22</sup> Idem, p. 373.

<sup>23</sup> Idem, p. 426.

## V Semântica e Ontologia

Nessa parte do artigo iremos retomar alguns dos conceitos apresentados, para pontuar as implicações entre Semântica formal e Ontologia, a partir da idéia da procura por aquela questão que, pelo fato de ter de ser a questão *fundamental*, deve tematizar o elemento último da realidade, equivalente ontológico tradicional da pergunta pelo 'ser'; equivalente transcendental da pergunta pelas condições de possibilidade da objetualidade dos objetos; e equivalente da pergunta heideggeriana pela compreensão de 'ser'.

Percebe-se, na leitura das *Lições*, que a pergunta inicial - qual a forma geral das sentenças? - vê-se reduzida primeiro à seguinte questão: qual a forma das sentenças assertóricas? Depois, à forma das sentenças assertóricas predicativas. Este é propriamente o movimento que conduz da Semântica à Ontologia, se considerarmos que a pergunta pelo 'ser', na medida em que a função de cópula para o verbo relacional não possui mais sentido, deve ser dimensionada a partir da idéia de 'ser veritativo'. O 'é' significa, agora, a afirmação ou negação daquilo que é afirmado na sentença e não a síntese entre os seus termos. Com esta modificação, desloca-se também o critério de verdade para a sentença, que doravante será compreendido não a partir da relação tradicional de adequação entre o conceito e seu objeto, mas a partir da verificação da asserção da sentença, no sentido de verificar se é o caso ou se não é o caso do objeto da asserção. Se acrescentarmos que o objeto, após a superação do aspecto objetivístico do predicado, deve ser compreendido como o resultado da relação de suplementação entre sujeito e predicado, então percebemos que a questão semântica, ontologicamente formulada, deve tematizar o aspecto veritativo do objeto primário da percepção a partir da explicitação da estrutura semântica primária de nossa compreensão, isto é, da estrutura das sentenças predicativas singulares. A unidade primária de nossa compreen-

são corresponde, portanto, à unidade semântica primária: as sentenças predicativas singulares.

Isso também explica porque Tugendhat ora afirma que o problema fundamental da filosofia analítica - o que significa compreender uma sentença? - equivale à pergunta sobre o ente enquanto ente da ontologia<sup>24</sup>. Ora afirma que esta corresponde não à compreensão da sentença, mas de uma expressão<sup>25</sup> ou mesmo do próprio termo singular<sup>26</sup>. Corresponde à sentença quando ele está querendo dizer sentenças predicativas singulares; à forma de uma expressão quando tem em mente um termo singular; e ela corresponde ao termo singular quando ele se refere à posição de sujeito nas sentenças predicativas singulares. Mas como a solução da questão fundamental passa pela reelaboração da estrutura semântica das sentenças, tal como ocorre a partir de Frege, junto com os acréscimos do próprio Tugendhat, não se pode mais falar de termo singular, portanto, de um signo que se refere a um objeto, sem explicar como o sujeito da sentença é determinado pelo predicado. A idéia de suplementação, melhor que a de complementação, descreve a relação entre sujeito e predicado: não é a relação de síntese por meio da qual duas partes independentes formariam uma unidade, mas a síntese de dois elementos interdependentes em que aquilo que cada um possui é exatamente o mesmo que falta ao outro. Somente por meio de seu intercâmbio ambos podem, pois, ser tomados ou como partes ou como unidade. Assim, a questão acerca de como um termo singular se refere ao objeto torna-se a questão ontológica fundamental semanticamente formulada, mas cujo esclarecimento somente é possível pela explicação do modo de suplementação entre sujeito e predicado.

Vamos retomar esse ponto a partir da base conceitual utilizada por Tugendhat.

<sup>24</sup> Idem, p. 69.

<sup>25</sup> Idem, p. 67.

<sup>26</sup> Idem, p. 66.

A compreensão da sentença passa pela compreensão de suas regras de uso e esta passa pela função de sujeito e predicado. No caso das sentenças predicativas singulares, o sujeito tem a função de *estar por* objetos<sup>27</sup>, enquanto o predicado possui a função de caracterizá-los<sup>28</sup>. Para isto, o termo singular deve especificar o objeto e o predicado classificá-lo e distingui-lo. Assim, compreender a função de *estar por*, a função de especificação do sujeito, e a função de caracterização do predicado consiste em compreender suas regras de uso. Finalmente, na medida em que se suplementam, consiste também em compreender a forma das sentenças como unidade de significado.

Especificar é a função de separar uma coisa de outras dentro de uma pluralidade pressuposta. Para isto já deve se fazer presente nossa capacidade de distinguir objetos uns dos outros. Com ela, devemos pressupor a percepção de uma pluralidade, de um domínio de objetos, e a compreensão de identidade e não-identidade. Especificar consiste em destacar, singularizar um dos possíveis objetos de percepção daquela pluralidade, determinar um dos objetos ainda indeterminados. Mas, ao fazê-lo, determinamos também a própria pluralidade, pois o indeterminado ainda não nos permite perceber nem a unidade nem a pluralidade. Especificar quer dizer determinar a percepção relativamente à unidade e à pluralidade. Isto quer dizer, criar uma situação de percepção para a possível aplicação de predicados<sup>29</sup>.

A função do predicado, segundo Tugendhat, é permitir o tipo de determinação que a especificação necessita ao funcionar como um critério. Um critério é algo que serve para distinguir. “Aplicando um predicado a alguns objetos e a outros não, classificamos todos os objetos aos quais o aplicamos e os distinguimos ao mesmo

<sup>27</sup> Idem, p. 373.

<sup>28</sup> Idem, p. 202.

<sup>29</sup> Idem, p. 425 e 426.

tempo daqueles a que não o aplicamos. [...] A função de caracterização consiste em classificar-e-distinguir”<sup>30</sup>.

Deve-se observar, para isso, que a análise da linguagem considera tanto a consciência do universal quanto do individual como fenômenos lógicos<sup>31</sup>, tornando-se percepções apenas quando caracterizados. Isto quer dizer que, ao nível ontológico elementar, naquele da própria condição de possibilidade da percepção enquanto tal, antes da determinação do termo singular pelo predicado, não há sequer percepção. Como a percepção é espaço-temporal, então a determinação destes fenômenos lógicos passa pela sua classificação e distinção, isto é, pela sua coordenação espaço-temporal. Determinar o sujeito da sentença singular é, portanto, criar uma situação de percepção a partir da qual os objetos se vêem organizados no espaço e no tempo, de tal modo a podermos especificá-los, destacá-los do todo, e, assim, criar a consciência do individual e, por consequência, também do múltiplo; da unidade e da pluralidade.

Na esfera da resposta à questão acerca da compreensão das sentenças, tal como desenvolvida até aqui, concentram-se aqueles três elementos que a tornam uma *questão fundamental*, equivalente ontológico à pergunta pelo ‘ser’. Assim, em primeiro lugar, a compreensão de sentenças em termos da relação suplementar entre sujeito e predicado é *fundamental* porque estabelece a base de apoio para Tugendhat recusar a relação entre sujeito e objeto tal como vindo da tradição e, com isto, permitir sua própria reconstrução dessa relação. Neste sentido é interessante notar que Tugendhat, quando se refere à relação tradicional sujeito-objeto, usa para ‘objeto’ o termo latino-germanizado *Objektum*, enquanto, no contexto da semântica de Frege, para falar de ‘objeto’, usa o conceito alemão *Gegenstand*. Isto explica-se pelo uso de *Objektum* para significar o objeto sensível, independente de nossa estrutura epistemológica, enquanto *Gegenstand* refere-se ao objeto percebido, portan-

<sup>30</sup> Idem, p. 206.

<sup>31</sup> Idem, p. 232.



to, já elaborado pela sensibilidade e entendimento. Desta forma, a crítica de Tugendhat dirige-se não ao objeto conceitualmente elaborado, mas à idéia de que haja um objeto que nos seja anterior e como que referencial de aferimento para esta elaboração. Precisamente por isto, a estrutura semântica da sentença também não pode mais apresentar-se como na tradição, isto é, composta por termos que estão por objetos, pois assim a primazia do objeto frente à sentença permaneceria. É necessário pensar o objeto como resultado da totalidade da sentença e sua validade não como adequação, mas suplementação. A relação de suplementação, portanto, substitui o modelo tradicional de relação entre sujeito e objeto, nos impossibilitando de falar de ‘ser’ e de ‘objeto’ anteriormente a esta relação. A própria percepção, pois, enquanto identificação de objetos, somente começa com ela.

Em segundo lugar, a questão posta é *fundamental* porque nesta primazia da estrutura lógico-semântica revela-se o caráter transcendental da Semântica formal. Esta se mostra como a condição de possibilidade da experiência, ou da objetualidade do objeto, na medida em que não se pode falar de ‘experiência’ ou de ‘objetos’ anteriormente à relação de suplementação nas sentenças. Com isto, vemos que as categorias ontológicas de ‘ser’, ‘realidade’ ou ‘verdade’, na Semântica formal, não podem ser utilizadas senão sobre a base da estrutura lógico-semântica desenvolvida por Tugendhat.

Em terceiro lugar, a questão é *fundamental* porque Tugendhat pensa ter oferecido, com sua Semântica, uma resposta superior ao intento heideggeriano de compreensão do ‘ser’. Para isto, seu conceito de compreensão deve poder apoiar-se no de abertura, reinterpretado como situação de percepção surgida a partir da relação de suplementação nas sentenças. Mas, ao mesmo tempo, também justificar-se com base no método de análise da linguagem a partir dos conceitos da Semântica formal.

## VI Ontologia e Filosofia

Apesar do desenvolvido até aqui, o elemento mais importante das *Lições*, para nós, é aquilo que chamaremos de núcleo ontológico da Semântica formal de Tugendhat, isto é, a função do espaço e do tempo. Esta função consiste, do ponto de vista de nossa percepção de objetos sensíveis, em suplementar o sujeito das sentenças por meio da função do predicado. Suplementar quer dizer classificar e distinguir o sujeito. Classificar e distinguir significa criar uma possível situação de percepção para a verificação do sujeito especificado, ou seja, um sistema de coordenadas.

Por seu lado, que espaço e tempo possam estabelecer um sistema de coordenadas, como a situação de percepção para a verificação da aplicação dos predicados, é somente possível devido ao “fato contingente que um número suficiente de objetos espaciais em torno de nós permanece invariável em suas relações espaciais um para o outro e constituem um marco espacial fixo de referência desde o qual podemos escolher um objeto arbitrário como ponto-zero”<sup>32</sup>.

Igualmente importante nos é, no que toca ao tempo, quando o autor escreve que “um ponto-zero estável por localização temporal é possível pelo fato contingente de que existe uma regularidade de eventos na natureza que proporcionam uma unidade fixa de distância temporal, de tal forma que uma série única de eventos forma um quadro estável de referência que torna possível escolher um evento como um ponto-zero”<sup>33</sup>.

A conclusão final de Tugendhat para explicar como, ontologicamente, a unidade primária de nossa compreensão (de objetos perceptíveis) deve corresponder à unidade semântica primária, isto é, às sentenças predicativas singulares, leva ao seguinte círculo vicioso: a relativa permanência de objetos no espaço e de fatos no tempo é o que nos possibilita a suplementação do sujeito das sentenças; mas é a suplementação do sujeito pelo predicado aquilo que

<sup>32</sup> Idem, p. 499.

<sup>33</sup> Ibidem.

nos permite falar de objetos e fatos, portanto, de permanência no espaço e no tempo.

Não há, todavia, círculo vicioso. Aparenta porque não levamos em consideração que o ponto de partida lingüístico de Tugendhat é a linguagem falada, isto é, a linguagem já carregada com ‘mundo’. Já estando em um mundo, a condição de possibilidade de nos referirmos a objetos é sua permanência, mas a permanência por si só ainda não é um objeto. Quando, com uma oração individual, me refiro a um objeto, a permanência já está sempre dada. Porém, e esta é a diferença, dentro dessa permanência nem unidade nem pluralidade são identificáveis. Somente no momento em que específico o sujeito por meio de predicados dêiticos é que unidade e pluralidade podem ser identificadas e diferenciadas. Explicar a passagem da simples permanência, ingênua ainda, para a consciência da unidade e da pluralidade dos objetos inerente a ela é a tarefa da Semântica formal. Precisamente por isto Tugendhat afirma que, “para a concepção lingüístico-analítica, o que se compreende em uma oração individual é o correlato da abertura”<sup>34</sup> [heideggeriana]. Complementa, em seguida, escrevendo que a dimensão espaço-temporal “constitui a base para a experiência de uma totalidade aberta de entes”<sup>35</sup>.

Com efeito, ao utilizarmos sentenças com predicados dêiticos, já estamos em um mundo, onde coisas permanecem. Assim, ao utilizarmos as regras de uso para verificar sentenças assertivas, neste processo, chamado de especificação e identificação, organizamos esta multiplicidade permanente em horizonte espaço-temporal, onde a multiplicidade ainda indeterminada é estruturada de modo tal que possamos nela identificar unidades e, com isso, perceber uma totalidade de entes, enquanto multiplicidade de unidades organizadas.

<sup>34</sup> Tugendhat, E. *Selbstbewusstsein und Selbstbestimmung*, Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1979, p. 198.

<sup>35</sup> Idem, p. 198.

Com a Semântica formal, o que vemos, portanto, é a teorização das condições de possibilidade de nossa experiência ‘natural’, isto é, do senso comum. Incompreensível é, entretanto, como se deve dar o ajuste desta percepção frente a outras formas de justificação, tais como demonstrações matemáticas e hipóteses científicas. Caso exemplar apresenta-se, se fosse possível, quando da discussão de Ptolomeu e Newton. Ptolomeu afirma que o Sol move-se em torno da Terra. Newton, por sua vez, afirma que não, que é a Terra que se move em torno do Sol. Como resolver a contenda? Para Tugendhat seria simples: Ptolomeu convidaria Newton para contemplar o Sol durante o dia todo e, ao final, diria: percebe? É o Sol que se move em torno da Terra. Se a verificação consiste na inscrição da percepção em relações espaço-temporais, então não há dúvidas da correção da afirmação de Ptolomeu. Mas se a verificação pode ser corrigida, e corrigida por demonstrações, então Newton, fazendo uso de cálculos e hipóteses, provaria o erro de Ptolomeu e de sua verificação.

Não nas Lições, mas nas obras tardias do filósofo, veremos uma tentativa de resolver o problema com a introdução de certo caráter hermenêutico na Semântica formal. Em outro momento este elemento é chamado de dimensão de profundidade, de alargamento. Todavia, dizer que a verificação pode ser corrigida e alargada ainda não resolve o problema.

Não resolve porque não explicita o modo de relacionamento com outras formas de justificação que não a verificação perceptiva. Igualmente não resolve porque deixa intocado o núcleo ontológico de sua Semântica, ou seja, os próprios conceitos de espaço e tempo. Um diálogo hermenêutico da Semântica formal com outras ciências somente seria possível, pois, a partir da tematização tanto do conceito de verificação, quanto dos conceitos de espaço e tempo. Isto exigiria, pois, uma Ontologia que tivesse como núcleo temático as relações entre as condições de possibilidade da objetualidade dos objetos e os diferentes modos de concebermos tempo e espaço. Todavia isto falta por completo na obra de Ernst Tugendhat.

Caso alguém argumente que a Semântica formal nada tem a ver com as ciências e os objetos das ciências, devo lembrar, primeiro, que espaço e tempo não são apenas objetos das ciências empíricas ou matemáticas, mas pressupostos estruturais da filosofia, tal como ocorre na Semântica. Com isto estabelece-se uma linha estrutural, transcendental, entre a filosofia, a matemática e a física. Esta linha é que deveria ter sido tematizada na Semântica e não o foi. Em segundo, e como decorrência, é equívoco falar que não há relação entre a Semântica formal e as demais ciências, pois o próprio conceito de filosofia a exige, como podemos constatar nas palavras de Tugendhat, quando afirma que, “a filosofia [enquanto Ontologia] tematiza aquilo que todas as ciências formalmente pressupõem, e não os princípios a partir dos quais suas proposições poderiam ser derivadas”<sup>36</sup>. Não os princípios porque o modelo geométrico/dedutivo de fundamentação das ciências já fora rejeitado por Aristóteles e assimilado pelo nosso filósofo. Portanto, não os princípios, mas a estrutura formal. É este o tema da Ontologia e seu nexos temático, aquilo que permite o diálogo com as demais ciências. Como o núcleo dos pressupostos formais da Semântica choca-se com o núcleo dos pressupostos formais da matemática e da física, e como deste choque deve emergir o elemento hermenêutico da Semântica, então não se compreende a distância que se quer colocar a filosofia frente às demais ciências.

<sup>36</sup> Tugendhat, E. *Lições Introdutórias à Filosofia Analítica da Linguagem*, p. 49.

## Bibliografia

TUGENDHAT, Ernst. *Vorlesungen zur Einführung in die sprachanalytische Philosophie*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1976.

\_\_\_\_\_. *Selbstbewusstsein und Selbstbestimmung*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1979.

\_\_\_\_\_. *Lições Introdutórias à Filosofia Analítica da Linguagem*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.